



DECLARAÇÃO

sobre o actual
momento
politico
português

DECLARACAO DA FRENTE PATRIOTICA DE LIBERTACAO NACIONAL

SOBRE O ACTUAL MOMENTO POLITICO PORTUGUES



SO A LUTA DOS DEMOCRATAS E DO POVO

PODE ASSEGURAR A CONQUISTA DA DEMOCRACIA

O governo de Marcello Caetano não surgiu para solucionar os mais graves problemas nacionais, mas para salvar o regime numa hora de incerteza e de crise.

O governo de Marcello Caetano não surgiu para abrir o caminho a uma solução democrática, mas para impedi-la.

O regime não mudou. A ditadura fascista persiste em Portugal. Marcello Caetano procede a simples mudanças de fachada. Falta-lhe a presença do seu chefe incontestado. Cresceu a instabilidade e a divisão nas fileiras do Estado Novo. A situação económica não cessa de agravar-se, numa conjuntura internacional desfavorável. A guerra colonial e a repressão consumirão este ano mais de 10 milhões de contos. A opressão e à miséria do Povo, junta-se a privação das liberdades democráticas que o governo de Marcello Caetano continua a recusar aos portugueses.

O regime fascista não se destroi a si mesmo. Não se vence com atitudes de apaziguamento, de espectativa, de renúncia à luta organizada. Não se vence pelo enfraquecimento da unidade combativa das forças democráticas e patrióticas.

O regime fascista vence-se pela luta firme e conseqüente do Povo português, pela acção organizada do movimento anti-fascista à escala do país.

Torna-se tarefa urgente e necessária ampliar a unidade, reforçar a organização e a acção das forças democráticas, desenvolver as lutas populares, para que estas, em vagas sucessivas, abram novas brechas na muralha fascista, a deconjuntem e a destruam.

MARCELLO CAETANO PERMANECE FIEL

A POLÍTICA FASCISTA

Marcello Caetano não alterou a estrutura do Estado fascista, criada por Salazar. Ele afirma-se publicamente, na continuidade da política salazarista. Ele procede a algumas alterações, impostas pelas difíceis condições da ditadura e pela necessidade de salvá-la da derrota inevitável.

Marcello Caetano conserva os órgãos do poder fascista: a Assembleia Nacional, Câmara Corporativa, sindicatos nacionais, grêmios e corporações. Mantém o domínio do partido único. Mantém as organizações fascistas criadas sobre o modelo hitleriano: Mocidade Portuguesa, Legião Portuguesa, Federação Nacional da Alegria no Trabalho, Secretariado Nacional da Informação. A PIDE continua a gozar de um poder ilimitado, que nenhuma lei ousa sequer caucionar.

Por detrás do aparelho estatal do regime perdura e desenvolve-se o poder dos monopólios, a acção dos grandes bancos e do imperialismo estrangeiro, a acção dos grandes senhores da terra.

Marcello Caetano limitou-se a aligeirar o funcionamento do governo, a tornar mais eficiente a burocracia do estado corporativo, a substituir quadros do aparelho administrativo e militar por homens da sua confiança.

Marcello Caetano reforçou o poder da Câmara Corporativa, criando no seu seio um organismo consultivo de apoio à acção do governo, que funciona como secção permanente. É de admitir que proceda à criação de um parlamento corporativo, em substituição da Assembleia Nacional, concretizando um pensamento já por ele formulado em 1967.

Marcello Caetano marcha ao passo de uma prudência calculada, para assegurar ao fascismo as condições indispensáveis à continuidade da sua política, no quadro do "novo estilo" que os partidários do chefe do governo não se cansam de proferir.

MARCELLO CAETANO CONTINUA A POLÍTICA

DE SUJEICÃO AO IMPERIALISMO

Marcello Caetano não é um político liberal. É um fascista convicto, estreitamente ligado à vida e à responsabilidade do regime. Formou-se na escola do integralismo lusitano. Foi duas vezes ministro de Salazar. Exerceu o cargo de Pre

sidente da Comissão Executiva da União Nacional. É um teórico do corporativismo e autor de vários estudos sobre o direito do estado fascista.

Marcello Caetano é um representante directo do poder dos monopólios. É Presidente da Assembleia Geral do Banco Nacional Ultramarino. É accionista do Amónio Português. É Presidente do Conselho de Administração da Companhia de Seguros Bonança. É Presidente da Assembleia Geral da Sociedade Algodoeira Fomento Colonial, da Companhia de Seguros Previsão.

Marcello Caetano continua a política de sujeição ao imperialismo estrangeiro. A visita de Kiesinger abriu novas possibilidades à penetração dos capitais alemães que hoje dominam importantes sectores da economia nacional. Marcello Caetano manteve as concessões feitas aos alemães quanto à Base Aérea de Beja e manterá as facilidades concedidas aos americanos nos Açores.

As conversações com o magnate sul-africano Oppenheimer significam, no seu aspecto concreto, concessões económicas a um dos mais poderosos monopólios internacionais, que multiplica a sua acção por mais de 300 empresas, incluindo a companhia de Diamantes de Angola, a ZAMCO, encarregada das construções da barragem de Cabora Bassa, o mais ambicioso projecto imperialista em relação à África Austral.

Logo no início do seu governo, o ministro das Finanças, Dias Rosa, o ex-ministro da Economia, Teixeira Pinto, e outros magnates da alta finança, deslocaram-se a Washington para se avistarem com os meios financeiros dos Estados Unidos e da ONU, com a intenção de recorrer ao crédito externo para prosseguir a política de sujeição ao imperialismo, a política de exploração e de guerra colonial.

Por isso a revista "International Commerce", da Secretaria do Comércio dos Estados Unidos, escrevia no seu numero de 25 de Novembro: "Os homens de negócio parecem de acordo em afirmar que o governo presidido pelo Professor Marcello Caetano oferece perspectivas de dinamismo e de renovação da economia sem alteração fundamental da actual estrutura da Nação".

As forças imperialistas aprestam-se a reforçar o seu apoio ao governo de Marcello Caetano para assegurarem a continuidade de uma política que sirva os seus objectivos de dominação económica.

SOLIDARIEDADE À ALIANÇA ATLANTICA E À POLITICA DE GUERRA

Marcello Caetano continua a política externa salazarista. Ele mantém-se fiel aos compromissos da NATO ao reforço da sua política agressiva, ao clima de guerra fria.

No banquete oferecido a Kiesinger, no palácio de Queluz, Marcello Caetano afirmou: nós, portugueses, procurando tenazmente manter no âmbito do Ocidente algumas posições estratégicas e territoriais importantes, não obstante a incompreensão de alguns, temos prestado não pequeno serviço à causa comum e, apesar de tudo, porque obedecemos a um imperativo de consciência, havemos de continuar a pres-tá-lo."

Sob o governo de Marcello Caetano realizou-se em Portugal a Assembleia Geral da Associação do Tratado do Atlântico que acentuou a necessidade de aumentar os efectivos militares e as despesas financeiras das potências da NATO.

A renovação do contrato de arrendamento da base aérea das Lajes comprova uma política de maior submissão aos círculos belicistas de Washington. Marcello Caetano reduziu as exigências de Salazar e aceitou as determinações do governo dos Estados Unidos sobre o estacionamento de tropas americanas nos Açores.

A política externa de Marcello Caetano alinha na política dos blocos, militares, na aliança com a Espanha de Franco, com o actual governo do Brasil, com os racistas da África do Sul e da Rodésia. Alinha na política de posições de força dos Estados Unidos e da Alemanha Federal, na política de divisão da Europa e da revisão de fronteiras, na corrida aos armamentos.

Em nome da segurança dos países, Marcello Caetano pretende estender o âmbito da NATO, alargá-lo a outros continentes e em particular à África, onde as colónias portuguesas podem desempenhar uma função estratégica.

Uma tal política trás consigo graves perigos para a vida pacífica do Povo português, para a defesa da integridade territorial, para a independência nacional.

MARCELLO CAETANO CONTINUA A GUERRA COLONIAL

Em nome dos interesses dos monopólios a que está ligado, em nome do imperialismo estrangeiro de que é representante, Marcello Caetano reafirmou no seu discurso de 27 de Novembro o firme propósito de continuar a guerra colonial.

Para explicar o emprego do napalm e das destruições massivas, para esconder o vandalismo da sua política de genocídio, para atenuar os efeitos dos sacrifícios impostos à Juventude e ao Povo Português por uma guerra abominável, Marcello Caetano evoca a defesa da civilização e a Pátria multirracial, como antes o fizera Salazar, para daí retirar as conclusões que interessam à continuidade da sua política em África e ao reforço do auxílio militar e financeiro das potências ocidentais à guerra colonial.

Marcello Caetano recusa-se a reconhecer aos Povos de Angola, Guiné e Moçambique o direito à independência e à Liberdade. Impõe pela força das armas e por métodos de violência indescritível a dominação colonialista.

Sob o governo de Marcello Caetano continuam a registar-se actos de agressão e provocação em territórios das nações vizinhas, como o comprova a recente destruição de 14 aldeias da Zâmbia e a ameaça da invasão do Congo pelas tropas colonialistas portuguesas.

Tais actos são uma ameaça à Paz no mundo.

A guerra colonial não defende Portugal, ataca Portugal.

UMA POLÍTICA ECONÓMICA AO SERVIÇO DOS MONOPÓLIOS

A política económica de Marcello Caetano não alterou a orientação estabelecida por Salazar ao longo do regime fascista.

Marcello Caetano propõe-se executar o III Plano de Fomento; plano que visa o aumento do poder dos monopólios, o reforço da concentração industrial, pela liquidação sistemática das classes médias, pela criação de grandes unidades económicas, pela intensificação da exploração da classe operária.

Marcello Caetano propõe-se subsidiar com os dinheiros do erário público e com os onerosos empréstimos aos grandes bancos nacionais e estrangeiros, os empreendimentos monopolistas nos ramos de maior reprodutividade.

Promõe-se igualmente aplicar o plano de reconversão agrária, que visa alargar ao sector agrícola o poder da oligarquia capitalista e do imperialismo estrangeiro.

A crise financeira que domina os países ocidentais reflecte-se na economia do país quer pela redução das exportações portuguesas, pela diminuição do turismo e da entrada de divisas da emigração económica, quer ainda das consequências que daí resultam para a redução do nível de vida do povo português e para o agravamento da crise que atinge alguns dos principais ramos da economia nacional.

A política financeira de Marcello Caetano não diverge da política financeira de Salazar. A Lei de Meios para 1969 propõe o aumento de impostos e a criação de novas receitas que permitam subsidiar o acréscimo de despesas com a guerra colonial e as forças repressivas do regime, a que o governo de Marcello Caetano continua a dar prioridade.

A dívida pública, que se eleva a mais de 32 milhões de contos, exige ao país, em pagamentos de juros e outros encargos, mais de 2 milhões de contos anuais.

A acção governativa de Marcello Caetano desenvolve-se sobre uma situação de estagnação e de crise. Homem dos monopólios e do imperialismo estrangeiro ele agravará ainda mais a presente conjuntura.

COM MARCELLO CAETANO A REPRESSÃO CONTINUA

Sob o governo de Marcello Caetano as forças repressivas continuam a dispersar manifestações populares e de estudantes.

A PIDE continua a ser uma força soberana do regime. Prende, tortura, assassina. Os seus crimes permanecem impunes, apesar dos protestos da opinião pública nacional e internacional.

Sob o governo de Marcello Caetano foi assassinado o estudante DANIEL DE SOUSA TEIXEIRA. CANAIS ROCHA, militante destacado do Partido Comunista Português, foi submetido à tortura do sono durante 20 dias, atingindo um novo record de violência. Foram presos pela GNR e entregues à PIDE vários filiados da seita religiosa "Testemunhas de Jeová". Foram condenados 13 jovens democratas.

Continuam a funcionar os tribunais de excepção - os tribunais plenários - encarregados dos julgamentos dos chamados crimes políticos. Continuam a ser aplicadas as "medidas de segurança", a lei fascista que sanciona a prisão perpétua.

Centenas de presos políticos, de diferentes categorias sociais e de diversos credos políticos, jazem nas prisões da PIDE no Porto, nas Fortalezas de Caxias e de Peniche, sujeitos a um tratamento desumano, que visa a sua liquidação gradual. Muitos deles permanecem ilegalmente detidos.

Sob pressão da opinião pública nacional e internacional, Marcello Caetano limitou-se a fazer regressar, da Ilha de S. Tomé, o Dr. Mário Soares, que aí se encontrava exilado. Mas inúmeros presos políticos são mantidos nas prisões de Caxias e de Peniche.

MANOBRAS DE DIVISÃO E ESTILO DEMAGÓGICO

Marcello Caetano propõe-se dividir as forças democráticas. Dividir para reinar. Ergue o estandarte do anti-comunismo, único fundamento ideológico, para as

suas manobras de divisão. Arvora a bandeira da Liberdade para impedir que esta flutue em Portugal. Marcello Caetano procura impôr a sua tutela política a certas forças da oposição. Actua para isolar os sectores mais combativos e consequentes da luta anti-fascista.

A luta que se desenvolve no país e a perspectiva duma mais ampla acção conjugada do movimento anti-fascista forçaram Marcello Caetano a pequenos recuos tácticos, como a permissão de se discutirem, na imprensa diária, certos temas de actualidade; como a não obrigatoriedade de homologação de algumas direcções sindicais eleitas e a redução por um período de seis meses de permanência das comissões administrativa; como a promessa de uma reforma do Ensino acompanhada de uma discussão na Imprensa que, todavia, pretende controlar e limitar.

A luta do Povo Português, a ameaça de importantes lutas dos trabalhadores pelas suas reivindicações essenciais, levaram Marcello Caetano a alterar aspectos da legislação sindical fascista, não em questões básicas, mas em pormenores secundários. A homologação das direcções sindicais foi substituída pelo "princípio da legitimação" que continua a colocar sob a alçada da organização corporativa o reconhecimento dos organismos eleitos. Existe a promessa da fixação do salário mínimo para os trabalhadores. Mas uma tal medida, longe de favorecer a solução de um problema candente, procura evitar que os salários subam para além de um nível determinado. Para impedir o desenvolvimento das lutas reivindicativas, foram rapidamente assinados vários contratos colectivos que não satisfazem as aspirações imediatas dos trabalhadores. O Ministro das Corporações prometeu a aplicação, a partir de Janeiro, do Contrato Individual de Trabalho, promulgado em 1966, mas que até hoje permanece letra morta para a legislação sindical fascista.

Os trabalhadores portugueses continuam sem usufruir os benefícios das liberdades democráticas, incluindo a liberdade sindical. Não possuem sindicatos independentes. Não podem reunir-se para discutir livremente os seus problemas.

A imprensa portuguesa continua submetida à acção da censura. A liberdade de Imprensa não existe em Portugal. Não há liberdade de reunião nem de organização de partidos políticos.

O governo de Marcello Caetano continua a ignorar os princípios consignados na Declaração dos Direitos do Homem da O.N.U.. Fala do "desejo sinceríssimo, de um regime onde caibam todos os portugueses de boa vontade", mas impõe-lhes a ordem pública fascista, a lei da violência e do arbítrio.

A PRESENTE SITUAÇÃO EXIJE UMA ATITUDE OFENSIVA

DAS FORÇAS DEMOCRÁTICAS E DO POVO

No seio do fascismo acentuam-se as dissensões. Elas são inevitáveis no regime em crise. Os ultras do fascismo estão activos. É de admitir a sua intervenção aberta, sob uma forma brutal, na vida política do país. Marcello Caetano e as forças que o apoiam agitam esse perigo para buscarem apoio de certos sectores da opposição, para impedir o desenvolvimento da luta popular e democrática. Por este processo, Marcello Caetano pretende amarrar o movimento democrático a uma posição de immobilismo. Pretende dividi-lo para lhe impôr a sua direcção política, reservando-se o poder de iniciativa.

Das ameaça dum golpe dos ultras não se combate paralizzando a actividade das forças democráticas e abrindo um "crédito político" a Marcello Caetano, semeando ilusões sobre o rumo da sua política. A ameaça de um golpe de Estado combate-se reforçando as posições dos democratas, intensificando a sua acção, desenvolvendo a sua organização e a sua unidade, marchando com audácia na luta contra o regime fascista, de modo a arrancar-lhe dia após dia, novas concessões, de modo a impôr-lhe novas conquistas.

A ameaça dum golpe de estado exige o reforçamento da luta do Povo pela conquista das suas reivindicações fundamentais. Quanto mais elevada for o nível das lutas populares, quanto mais eficiente fôr o grau da sua organização, no combate pela democracia e liberdade, maiores serão as dificuldades dos ultras em desferir o golpe, porque maior será também a resistência do povo à violência e ao terror fascistas.

A presente situação exige uma atitude ofensiva das forças democráticas e do povo português, para conquistar posições ao inimigo, para enfraquecer as suas fileiras, para impôr a presença dos democratas na vida política nacional, para derubar a ditadura fascista, através de uma luta plena de iniciativa e audácia.

Seria entretanto um grave erro considerar que a luta contra a ditadura fascista se pode conduzir de uma maneira irresponsável, através de actos isolados de pequenos grupos, que desprezam a acção das forças democráticas e a luta do Povo que hostilizem a unidade e ignorem a força e o poder do regime fascista.

O CAMINHO DA UNIDADE PARA A CONQUISTA DE IMPORTANTES VITÓRIAS

As forças populares democráticas e patrióticas portuguesas escolheram o

caminho da unidade. Escolheram o caminho da luta.

A jornada nacional do 5 de Outubro, as manifestações populares e estudantis que se vêm desenrolando no país; a greve dos estudantes universitários de Lisboa, que levou ao encerramento do Instituto Superior Técnico; a luta dos ferroviários, metalúrgicos, têxteis, empregados de seguros, caixeiros, trabalhadores da Carris de Lisboa e Porto e outros sectores laboriosos pela satisfação das suas aspirações fundamentais; a intensificação da sua luta nos sindicatos; a acção dos jornalistas, médicos, advogados, architectos, pela concretização das suas aspirações fundamentais, ligadas à sua actividade profissional; as importantes tomadas de posição de milhares de democratas, que formularam através de vários documentos as reivindicações fundamentais do movimento anti-fascista, os protestos colectivos e as manifestações de rua contra a repressão fascista e os crimes da PIDE; a acção dos católicos contra a expulsão do padre Felicidade Alves, as suas publicações clandestinas, as suas tomadas de posição contra a guerra colonial; a multiplicação de colloquios e de debates; o desenvolvimento da consciencia política do Povo, são uma comprovação do ascenso do movimento democrático e popular, do reforço da unidade, das amplas possibilidades que se abrem à acção anti-fascista na presente conjuntura.

O desenvolvimento da luta democrática levou já à elaboração de uma plataforma comum, formulada em vários documentos da opposição:

- Amnistia total
- Libertação imediata dos presos políticos
- Regresso de todos os exilados e deportados
- Reintegração de todos os portugueses demitidos ou afastados dos seus lugares por motivos políticos.
- Abolição da censura à Imprensa, à Rádio, à Televisão
- Dissolução da PIDE, abolição dos Tribunais Plenários, suspensão das leis de excepção e designadamente das chamadas "medidas de segurança".
- Estabelecimento das liberdades públicas, designadamente da liberdade de associação e da liberdade sindical
- Abertura imediata de negociações para pôr fim imediato às três guerras coloniais; regresso dos soldados expedicionários; amnistia aos desertores e refractários.

Desde já, em torno desta plataforma comum deve prosseguir e ampliar-se a luta das forças democráticas e do povo português. A unidade é uma condição in-

dispensável da vitória. A organização é um elemento decisivo. A presença e participação popular na luta pela liberdade são factores essenciais do progresso e do êxito do movimento democrático português.

Par o êxito da luta comum é necessário criar as estruturas correspondentes: comissões cívicas, juntas de acção patriótica, comissões de unidade e comissões de enlace, organismos de direcção local, regional e central, organismos legais e ilegais que possam orientar e estimular a luta popular e democrática contra o regime fascista.

As forças democráticas e o Povo Português não podem aguardar que Marcello Caetano e o seu governo lhes concedam o livre exercício das liberdades fundamentais. Têm que conquistá-las pela luta insistente, firme e audaciosa. Para isso é indispensável aproveitar a actual conjuntura, forçar a situação, transformar a demagogia do governo em motivos de luta, forçá-lo a cumprir as promessas, alargar a acção das forças democráticas, impôr a presença das forças anti-fascistas na vida política nacional, promovendo reuniões em recintos fechados, organizando debates públicos, sem prévia autorização, tornando a Imprensa uma tribuna livre, desenvolvendo uma larga actividade à escala nacional sob uma base organizada, em torno das consignas fundamentais do movimento democrático.

E NECESSÁRIO ORGANIZAR E AMPLIAR A LUTA

No próximo ano devem realizar-se "eleições" para a chamada "Assembleia Nacional". O Governo de Marcello Caetano alterou já a lei eleitoral num esforço visível para utilizar as mulheres como reserva presumível da sua acção, reduzindo o condicionalismo a que está sujeito o seu direito de voto. Desenvolvem-se as manobras de gabinete para separar a unidade das forças democráticas para reduzir a sua participação na batalha eleitoral.

Em torno das próximas "eleições", o movimento democrático deve conduzir uma acção vigorosa, desde já, para destruir as manobras divisionistas, para criar os organismos indispensáveis à actividade eleitoral, para conquistar as condições essenciais à sua participação, para impôr a sua presença organizada nas "eleições", para organizar à escala do país um potente movimento democrático legal capaz de arrancar ao fascismo novos e importantes sucessos.

As "eleições" para deputados surgem como possível forma de unificação das forças democráticas e patrióticas, que se mostram interessadas na conquista das liberdades fundamentais.

É necessário ampliar e organizar a luta do Povo, da Juventude, dos Intelectuais, das mulheres, em volta das suas reivindicações essenciais, desenvolver as lutas políticas, imprimindo-lhes um novo impulso, que conduza às manifestações de rua pela conquista da democracia, pela libertação imediata dos presos políticos, pela independência nacional, contra a guerra nas colónias.

É necessário elevar audaciosamente o nível da resistência anti-fascista, das reivindicações democráticas, das lutas populares, de modo a transformá-la numa só torrente, que se estenda ao país inteiro, que enfraqueça mais e mais o poder ditatorial fascista, que desenvolva a combatividade e o espírito de iniciativa do Povo, tornando possível, a curto prazo, o assalto final que varrerá o fascismo do poder.

A batalha é difícil, mas será vitoriosa.

Janeiro de 1969

A JUNTA REVOLUCIONÁRIA PORTUGUESA



FRENTE PATRIÓTICA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL

× P O R T U G A L ×

13-A, Rue Auber - A L G E R - Algerie